

Colégio
00001Sala
0001Ordem
0001

Setembro/2018



Concurso Público para provimento de vagas de Consultor Técnico-Legislativo Categoria Odontologista (Perito)

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'C23', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

**PROVA
OBJETIVA****Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos**

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Foque atenção e esforços positivos para atingir o que almeja.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- A duração da prova é de 3 horas para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 6, baseie-se no texto abaixo.

Juventude de hoje, de ontem e de amanhã

A juventude é estranha porque é a velhice do mundo passada indefinidamente a limpo. Uma geração lega à outra um magma de erros e sabedoria, de vícios e virtudes, de esperanças e desilusões. O jovem é o mais velho exemplar da humanidade. Pesa-lhe a herança dos conhecimentos acumulados; pesa-lhe o desafio do que não foi conquistado; a inadequação entre o idealismo e o egoísmo prático; pesa-lhe o inconsciente da raça, esta sessão espírita permanente, através da qual cada homem se comunica com os mortos.

No encontro de duas gerações, a que murcha e a que floresce, há uma irrisão dramática, um momento de culpas, apreensões e incertezas. As duas figuras se contemplam: o jovem é o passado do velho, e este é o futuro que o jovem contempla com horror. Assim, o momento desse encontro é um espelho cujas imagens o tempo deforma, sem que se desfaça, para o moço e para o velho, a sinistra impressão de que as duas figuras são uma coisa só, um homem só, uma tragédia só.

O poeta romântico inglês Shelley poderia ser o padrão do adolescente de todas as épocas: nasceu de família respeitável e rica, foi bonito, sincero, revoltado, idealista, violento, amoroso, apaixonado pela vida e pela morte, inteligente, confuso e, sobretudo, de uma sensibilidade crispada. Não era um monstro: seus atos eram a consequência lógica de suas ideias, da lealdade às suas crenças. E enquanto escrevia versos musicais, fecundados de amor cósmico, esperança e idealismo social, atirava-se feroz contra o conformismo do clero, a monarquia, as leis vigentes, o farisaísmo universal.

(Adaptado de CAMPOS, Paulo Mendes. **O amor acaba**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. 135-136)

1. A afirmação inicial *A juventude é estranha* encontra em seguida uma justificativa quando o autor argumenta que os jovens,
 - (A) assim como os mais velhos, dão a vida passada por vivida, recusando-se a crer que ainda haja ideais a serem perseguidos.
 - (B) ao contrário dos velhos, buscam passar seu próprio tempo a limpo, livrando-o da carga pesada dos erros passados.
 - (C) incorporando valores de outros tempos, acumulam erros e acertos do passado, como se numa transmissão sobrenatural.
 - (D) rejeitando as heranças culturais disponíveis, têm a ilusão de que renovam tudo, ainda quando repitam erros do passado.
 - (E) espelhando-se em si mesmos, acabam reabilitando e nobilitando ideais que se perderam em antigos combates.

2. O poeta inglês Shelley, segundo o autor do texto, *poderia ser o padrão do adolescente de todas as épocas* porque nele
 - (A) o espírito revoltoso de um marginalizado fazia dele uma personalidade arrebatada pelos mais ferozes ressentimentos.
 - (B) a sensibilidade à flor da pele fazia com que ele se dedicasse plenamente ao culto dos mais altos ideais.
 - (C) as qualidades negativas deixavam em segundo plano as positivas, o que favorecia sua expressão romântica.
 - (D) os impulsos amorosos, idealistas e esperançosos conviviam com duras invectivas contra o que julgasse maligno.
 - (E) as intenções críticas mais contundentes acabavam sucumbindo ao lirismo e à índole mística de seu temperamento.

3. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
 - (A) *é a velhice do mundo passada indefinidamente a limpo* (1º parágrafo) = é a humanidade velha imperando oportunamente sobre a nova.
 - (B) *Uma geração lega à outra um magma de erros e sabedoria* (1º parágrafo) = na alternância de deslizos e acertos, magnetizam-se as gerações.
 - (C) *uma irrisão dramática, um momento de culpas* (2º parágrafo) = um drama irrisório, um instante de remorsos.
 - (D) *a sinistra impressão de que as duas figuras são uma coisa só* (2º parágrafo) = a incrível sensação de que ambas as imagens são uma única.
 - (E) *atirava-se feroz contra o conformismo do clero* (3º parágrafo) = empenhava-se bravamente no combate à resignação da classe clerical.

4. Está clara e correta a redação deste livre comentário sobre o texto:
 - (A) Não parece ao autor do texto, que os mais jovens omitam experiências antigas, de sorte que as carregam nos valores aonde elas se embutem.
 - (B) Ao buscar entender os jovens – Paulo Mendes Campos, poeta e cronista, acredita que lhes caracteriza sobretudo o peso dos antecedentes.
 - (C) O cronista encontrou no poeta Shelley, uma espécie de paradigma da juventude, conquanto a representa tanto nos erros como nos acertos.
 - (D) O autor não postula a convicção de que os jovens sejam tão criativos, a ponto de se deixarem denegar das experiências mais antigas.
 - (E) O autor do texto – cronista e poeta dos bons – acredita que cada nova geração absorve as experiências das que a antecederam.



5. Há emprego de voz passiva e adequada correlação entre os tempos e modos verbais na frase:
- (A) Reconheçam-se na geração de hoje as experiências das gerações passadas, para que bem se compreenda a importância da transmissão dos valores.
 - (B) Não fossem as experiências dos mais velhos, cada geração haverá de contar apenas com suas intuições e sentimentos.
 - (C) Muitos jovens terão deixado de reconhecer a importância das experiências de outras gerações, mesmo que vierem a desfrutar delas.
 - (D) Ainda que muitos jovens acreditassem que nada os ligava às gerações passadas, não terão como deixar de reconhecer o respeito que lhes devem.
 - (E) Caso o comportamento de um jovem pareça monstruoso, pelo que guarda de paradoxal, é preciso considerar a força que o leva às indecisões.
-
6. O **verbo** indicado entre parênteses deverá flexionar-se de modo a concordar com o elemento sublinhado na frase:
- (A) Ao jovem (**poder**) desagradar as imagens da velhice, que ele bem sabe que o aguardam, se a vida é longa.
 - (B) O autor valeu-se das imagens dos espelhos, símbolos capazes de figurar as duplicidades a que (**costumar**) render-se a personalidade humana.
 - (C) Nunca (**dever**) contar com nossa complacência os erros em que teimosamente persistimos, apesar de já identificados no passado.
 - (D) O autor não se (**deixar**) alimentar senão por convicções pessimistas, nas suas observações acerca da natureza humana.
 - (E) Não (**haver**) de faltar aos moços alguma desconfiança, ao menos quanto à importância das experiências passadas.
-

Atenção: Para responder às questões de números 7 a 12, baseie-se no texto abaixo.

Uma palavra sobre cultura e Constituição

Todas as Constituições brasileiras foram lacônicas e genéricas ao tratar das relações entre cultura e Estado. Não creio que se deve propriamente lamentar esse vazio nos textos da Lei Maior. Ao Estado cumpre realizar uma tarefa social de base cujo vetor é sempre a melhor distribuição da renda nacional. Na esfera dos bens simbólicos, esse objetivo se alcança, em primeiro e principal lugar, construindo o suporte de um sistema educacional sólido conjugado com um programa de apoio à pesquisa igualmente coeso e contínuo.

A sociedade brasileira não tem uma “cultura” já determinada. O Brasil é, ao mesmo tempo, um povo mestiço, com raízes indígenas, africanas, europeias e asiáticas, um país onde o ensino médio e universitário tem alcançado, em alguns setores, níveis internacionais de qualidade e um vasto território cruzado por uma rede de comunicações de massa portadora de uma indústria cultural cada vez mais presente.

O que se chama, portanto, de “cultura brasileira” nada tem de homogêneo ou de uniforme. A sua forma complexa e mutante resulta de interpenetrações da cultura erudita, da cultura popular e da cultura de massas. Se algum valor deve presidir à ação do Poder Público no trato com a “cultura”, este não será outro que o da liberdade e o do respeito pelas manifestações espirituais as mais diversas que se vêm gestando no cotidiano do nosso povo. Em face dessa corrente de experiências e de significados tão díspares, a nossa Lei Maior deveria abster-se de propor normas incisivas, que soariam estranhas, porque exteriores à dialética das “culturas” brasileiras. Ao contrário, um certo grau de indeterminação no estilo de seus artigos e parágrafos é, aqui, recomendável.

(Adaptado de: BOSI, Alfredo. **Entre a Literatura e a História**. São Paulo: Editora 34, 2013, p. 393-394)

7. A frase *Não creio que se deve propriamente lamentar esse vazio nos textos da Lei Maior* (1^o parágrafo) é justificada pelo autor com base na sua convicção de que
- (A) o Poder Público não pode interferir em qualquer aspecto de uma cultura nacional, que deve ser espontânea e livre do alcance da Constituição.
 - (B) a sociedade brasileira, conquanto não seja homogênea, é suficientemente madura para formular as normas que devem reger sua cultura tradicional.
 - (C) a complexidade das culturas brasileiras não deve ser objeto de uma legislação que venha a abranger e determinar tão diversas manifestações.
 - (D) o Estado não pode permitir que seja lacunosa a legislação sobre matérias culturais, que deve ser rigorosa e o mais específica possível.
 - (E) a dinâmica das várias culturas existentes no país garante que não haja entre elas algum atrito que ponha em risco a impermeabilidade de cada uma.



8. Se na esfera socioeconômica cabe ao Estado propiciar uma melhor distribuição de renda, na esfera dos bens simbólicos um objetivo equivalente se alcança com
- (A) uma configuração coerente da meta educacional com o sistema financeiro.
 - (B) uma legislação escolar minuciosa com incentivos à pesquisa pura.
 - (C) um processo de integração mais coeso entre produção e consumo cultural.
 - (D) um sistema educacional voltado para a pesquisa de ponta e de longo prazo.
 - (E) um programa de educação consistente aliado à pesquisa sistemática.

9. Um mesmo posicionamento do autor está expresso e ratificado nestes dois segmentos:

- (A) *O que se chama, portanto, de "cultura brasileira" (3º parágrafo) / propor normas incisivas (3º parágrafo).*
- (B) *Não creio que se deve propriamente lamentar esse vazio (1º parágrafo) / um certo grau de indeterminação [...] é [...] recomendável (3º parágrafo).*
- (C) *Ao Estado cumpre realizar uma tarefa social de base (1º parágrafo) / resulta de interpenetrações da cultura erudita, da cultura popular e da cultura de massas (3º parágrafo).*
- (D) *Constituições [...] foram lacônicas (1º parágrafo) / suporte de um sistema educacional sólido (1º parágrafo).*
- (E) *algum valor deve presidir à ação do Poder Público (3º parágrafo) / exteriores à dialética das culturas brasileiras (3º parágrafo).*

10. Ao contrário, um certo grau de indeterminação no estilo de seus artigos e parágrafos é, aqui, recomendável.

Numa nova redação, mantêm-se o sentido e a correção da frase acima iniciando-se por **É recomendável que** e seguindo-se com esta complementação:

- (A) ao contrário, seja aqui gradual e indeterminado o estilo de seus artigos e parágrafos.
- (B) nesse sentido, o estilo de seus artigos e parágrafos se manifeste ao contrário de uma certa indeterminação.
- (C) se dê o contrário, por aqui, cujos artigos e parágrafos tenham um estilo algo indeterminado.
- (D) estilos e parágrafos, inversamente, sejam escamoteados por um certo grau de indeterminação.
- (E) o estilo de seus artigos e parágrafos, pelo contrário, contemple aqui alguma indeterminação.

11. Observando-se a construção da frase *Não creio que se deve propriamente lamentar esse vazio nos textos da Lei Maior*, é correto afirmar que

- (A) a oração *Não creio* tem por sujeito a oração subsequente.
- (B) no caso de substituição da forma *Não creio* por **Não é crível**, o sujeito manter-se-á o mesmo.
- (C) os termos *nos textos* e *da Lei Maior* são complementos verbais.
- (D) no caso de substituição de *Não creio* por **Não tenho a convicção**, a regência seguinte passará a ser nominal.
- (E) uma forma da voz ativa equivalente a *que se deve propriamente lamentar* é **que deve ser propriamente lamentado**.

12. Está plenamente adequada a pontuação da seguinte frase:

- (A) Ao comentar, em termos incisivos a relação entre cultura e Constituição o autor do texto, faz ver a partir de seguras ponderações, que o Estado tendo tarefas sociais de fundamental importância, não deve ainda assim determinar quais sejam, as diversas manifestações culturais em nosso país.
- (B) Ao comentar, em termos incisivos, a relação entre cultura e Constituição, o autor do texto faz ver, a partir de seguras ponderações, que o Estado, tendo tarefas sociais de fundamental importância, não deve, ainda assim, determinar quais sejam as diversas manifestações culturais em nosso país.
- (C) Ao comentar em termos incisivos, a relação entre cultura e Constituição, o autor do texto faz ver a partir de seguras ponderações, que o Estado tendo tarefas sociais de fundamental importância, não deve ainda assim determinar quais sejam, as diversas manifestações culturais em nosso país.
- (D) Ao comentar em termos incisivos a relação, entre cultura e Constituição, o autor do texto faz ver, a partir de seguras ponderações que o Estado, tendo tarefas sociais, de fundamental importância, não deve ainda assim, determinar quais sejam as diversas manifestações culturais em nosso país.
- (E) Ao comentar em termos incisivos, a relação entre cultura e Constituição o autor do texto faz ver, a partir de seguras ponderações que o Estado, tendo tarefas sociais de fundamental importância não deve, ainda assim, determinar quais sejam, as diversas manifestações culturais em nosso país.

**Direito Constitucional**

13. A fim de adequar a despesa com pessoal ativo e inativo ao limite estabelecido em lei complementar federal, o Governador de determinado Estado promoveu a redução em 30% das despesas com cargos em comissão e funções de confiança, além de ter exonerado servidores ocupantes de cargos efetivos há menos de 3 anos em exercício. Nessa hipótese, o Governador do Estado procedeu de modo
- (A) compatível com a Constituição Federal, fazendo, no entanto, os servidores que houverem perdido os cargos nas referidas condições jus à indenização correspondente a um mês de remuneração por ano de serviço.
 - (B) compatível com a Constituição Federal, considerando-se extintos os cargos objeto de redução, vedada a criação de cargo, emprego ou função com atribuições iguais ou assemelhadas pelo prazo de quatro anos.
 - (C) incompatível com a Constituição Federal apenas no que se refere aos servidores ocupantes de cargo efetivo, que farão jus à reintegração ao serviço.
 - (D) incompatível com a Constituição Federal apenas em relação aos cargos em comissão e funções de confiança, por ter extrapolado o limite estipulado constitucionalmente, sendo ainda assegurada aos ocupantes de cargo efetivo indenização correspondente a um mês de remuneração por ano de serviço.
 - (E) incompatível com a Constituição Federal, tanto em relação aos ocupantes de cargos em confiança, que fazem jus à indenização correspondente a um mês de remuneração por ano de serviço, quanto em relação aos ocupantes de cargo efetivo, que fazem jus à reintegração ao serviço.
-
14. Considere que, por meio de decisões judiciais, tenham sido determinadas as seguintes providências:
- I. Suspensão das atividades de associação de torcedores de agremiação esportiva cujos dirigentes estejam envolvidos na prática reiterada de atos ilícitos.
 - II. Realização de busca e apreensão de aparelhos celulares e microcomputadores na casa de suspeito investigado pela prática de crime contra a vida.
 - III. Interceptação das comunicações telefônicas de servidores públicos supostamente envolvidos na prática de atos de improbidade administrativa, para produção de provas no curso de processo administrativo disciplinar.
- São compatíveis com a Constituição Federal APENAS as decisões judiciais referidas em
- (A) I, independentemente de trânsito em julgado; e II, vedado, neste caso, o cumprimento da determinação durante o período noturno.
 - (B) I, desde que se trate de decisão transitada em julgado; e III, autorizado o empréstimo de prova para instrução de eventual processo penal.
 - (C) II, autorizado o cumprimento da determinação a qualquer hora do dia ou da noite; e III, autorizado o empréstimo de prova para instrução de eventual processo penal.
 - (D) I, independentemente de trânsito em julgado; e III, vedado, neste caso, porém, o empréstimo de provas para outros fins.
 - (E) I, desde que se trate de decisão transitada em julgado; e II, autorizado o cumprimento da determinação a qualquer hora do dia ou da noite.
-
15. Ao término do primeiro ano de determinada legislatura, apurou-se que as Casas do Legislativo federal adotaram ou deliberaram, entre outras, sobre as seguintes medidas:
- I. Julgamento das contas anuais prestadas pelo Presidente da República.
 - II. Aprovação, após arguição pública, da escolha de Ministro do Tribunal de Contas da União indicado pelo Presidente da República.
 - III. Autorização de operação externa de natureza financeira de interesse do Distrito Federal.
 - IV. Extinção de Ministérios.
- À luz da Constituição Federal, são de competência do Congresso Nacional
- (A) o julgamento das contas do Presidente da República e, sujeita à sanção do Presidente da República, a autorização de operação externa de natureza financeira de interesse do Distrito Federal; as demais medidas são de competência da Câmara dos Deputados.
 - (B) o julgamento das contas do Presidente da República e, sujeita à sanção do Presidente da República, a extinção de Ministérios; as demais medidas são de competência do Senado Federal.
 - (C) a autorização de operação externa de natureza financeira de interesse do Distrito Federal e a extinção de Ministérios, sujeitas ambas à sanção do Presidente da República; as demais medidas são de competência do Senado Federal.
 - (D) a aprovação da escolha do Ministro do Tribunal de Contas da União e, sujeita à sanção do Presidente da República, a autorização de operação externa de natureza financeira de interesse do Distrito Federal; as demais medidas são de competência da Câmara dos Deputados.
 - (E) o julgamento das contas do Presidente da República, a aprovação da escolha de Ministro do Tribunal de Contas da União e, sujeita à sanção do Presidente da República, a autorização de operação externa de natureza financeira de interesse do Distrito Federal; a extinção de Ministérios não se insere dentre as competências das casas legislativas, sendo a deliberação respectiva incompatível com a Constituição Federal.



16. Suponha que o Tribunal de Contas do Distrito Federal apresente à Câmara Legislativa projeto de lei dispendo sobre aspectos relacionados à organização e ao funcionamento do próprio Tribunal de Contas. Aprovado por maioria de votos, presente à sessão deliberativa a maioria absoluta dos Deputados Distritais, o projeto é encaminhado para sanção do Governador do Distrito Federal que, no entanto, o veta integralmente, por contrariedade à Lei Orgânica.
- Nessa hipótese, à luz das regras de processo legislativo estabelecidas na Lei Orgânica do Distrito Federal, o veto do Governador é
- (A) cabível, uma vez que se trata de matéria de iniciativa exclusiva do Governador do Distrito Federal, ainda que possa ser veiculada por lei ordinária.
 - (B) cabível, uma vez que não foi atingido o quórum necessário para aprovação de lei ordinária, exigida para veicular a matéria, ainda que a iniciativa para sua propositura seja efetivamente do Tribunal de Contas do Distrito Federal.
 - (C) cabível, uma vez que se trata de matéria reservada à lei complementar, a ser aprovada pelo voto da maioria absoluta dos Deputados Distritais, ainda que a iniciativa para sua propositura seja efetivamente do Tribunal de Contas do Distrito Federal.
 - (D) cabível, uma vez que se trata de matéria inserida na competência do Governador para dispor, mediante decreto, sobre a organização e o funcionamento da administração do Distrito Federal.
 - (E) incabível, uma vez que foram observadas as regras referentes à iniciativa, à espécie legislativa e ao quórum de aprovação respectivo, previstas na Lei Orgânica do Distrito Federal.

17. Determinada Secretaria do Governo do Distrito Federal recebe pedidos de cidadãos residentes em Brasília de obtenção de acesso a informações sobre a fiscalização dos recursos públicos destinados, por meio da Pasta, a organizações não governamentais, bem como sobre a relação de cargos em comissão ocupados e vagos no referido órgão. Diante do que dispõe a Lei Distrital 4.990/2012, que regula o acesso a informações no Distrito Federal,
- (A) caberá aos interessados apresentar justificativa para o requerimento de informações referentes à relação de cargos em comissão, por se tratar de informações de caráter personalíssimo, cabendo, por outro lado, a administração informar, em prazo não superior a vinte dias, o local e o modo para se realizar a consulta aos dados referentes à fiscalização de recursos públicos destinados a organizações não governamentais.
 - (B) os requerimentos deverão ser respondidos no prazo máximo de trinta dias, sob pena de crime de responsabilidade do Secretário de Estado respectivo, devendo as respostas conter informações precisas e, quando necessário, ser respaldadas com relatórios, tabelas, quadros informativos e demais documentos afetos aos questionamentos.
 - (C) as informações referentes aos cargos em comissão devem ser disponibilizadas independentemente de requerimento, ao passo que as referentes ao repasse de recursos públicos a organizações não governamentais não poderá ser fornecida antes de 5 anos, por serem classificadas pela lei como reservadas, uma vez que podem pôr em risco a condução de negociações ou relações internacionais do País.
 - (D) trata-se de informações que devem ser divulgadas independentemente de requerimento, cabendo ao órgão da Administração utilizar, para sua divulgação, sítios oficiais na Rede Mundial de Computadores – Internet, devendo ser informados aos requerentes o lugar e a forma pela qual se pode consultar, obter ou reproduzir as informações requeridas, desonerando o órgão de seu fornecimento direto, salvo se os requerentes declararem não disporem de meios para a realização de tais procedimentos.
 - (E) os pedidos, para serem atendidos, devem conter a identificação do requerente, com a indicação de nome completo, do número de qualquer documento oficial e da informação de contato, ademais de ser facultado aos interessados a inclusão de endereço eletrônico para o recebimento das informações solicitadas, sendo vedado, no entanto, serem os requerimentos formulados por menor de idade.

Direito Administrativo

18. Um ente federado pretende desenvolver projeto para ampliação e conservação de sua malha rodoviária, com vistas a permitir o escoamento da produção de sua indústria, propiciando desenvolvimento econômico e social com benefícios à população. Poderá fazê-lo mediante
- (A) licitação para as obras de construção da rodovia, com base na Lei nº 8.666/1993, e, após a conclusão, outro certame sob o mesmo regime, para exploração dos serviços rodoviários mediante cobrança de tarifa.
 - (B) concessão de serviço público precedida de obra pública, com a obrigação de a concessionária realizar as obras de ampliação, ficando a manutenção e conservação por conta da Administração direta, que poderá instituir pedágio como sua forma de remuneração.
 - (C) poderá licitar a contratação sob qualquer das formas legalmente admitidas, desde que explore o serviço diretamente, vedada a terceirização.
 - (D) permissão de serviço público e obra pública, outorgando ao permissionário a titularidade do referido serviço e o dever de execução da obra necessária.
 - (E) licitação para contratação de uma concessão de serviço público precedida de obra pública, cabendo à concessionária realizar a obra viária e se remunerar mediante cobrança de tarifa e, a depender do edital e contrato, por meio de receitas acessórias.



19. Diversos mecanismos de controle da Administração pública são passíveis de serem utilizados, sejam eles internos ou externos à organização administrativa. Dentre as formas de exercício do controle interno da Administração, considerando o disposto na Lei nº 9.784/1999,
- (A) o recurso administrativo possibilita que os atos administrativos sejam revistos por razões de legalidade, sejam eles discricionários ou vinculados.
 - (B) o pedido de reconsideração é uma forma de submeter as decisões administrativas à instância superior para juízo revisional.
 - (C) o recurso hierárquico é a mais efetiva, porque enseja análise por autoridade superior, diferentemente dos demais recursos.
 - (D) a revisão de ofício só pode ter lugar nos atos discricionários, eis que admitem mais de um exame de conveniência e oportunidade.
 - (E) a interposição de recurso impede o exercício do juízo de reconsideração pela autoridade que proferiu o ato, sendo imperiosa a submissão à autoridade superior.
-
20. A Administração pública de determinado ente federado celebrou regularmente, com base na Lei nº 8.666/1993, contrato de prestação de serviços de manutenção em informática, para as máquinas de marcas e modelos previamente indicados, instaladas nas repartições indicadas. Nessa hipótese,
- (A) a contratação pode ter se dado mediante inexigibilidade de licitação, tendo em vista que a natureza dos serviços contratados inviabiliza a instauração de competição entre potenciais interessados.
 - (B) houve irregularidade na licitação, sendo vedada a indicação de marca e modelo dos bens objetos da contratação, sob pena de ofensa ao princípio da isonomia.
 - (C) o ajuste pode ter sido firmado mediante dispensa de licitação, pois a contratação de serviços de informática é uma das hipóteses legais de dispensa de licitação.
 - (D) pode ter sido realizada licitação na modalidade concorrência para a contratação dos serviços, estes que por serem executados de forma contínua poderão ter o contrato prorrogado sucessivamente, por iguais períodos, não ultrapassando sessenta meses.
 - (E) a contratação foi precedida de concorrência, por se tratar de hipótese que expressamente exige tal modalidade licitatória, aplicando-se ao contrato a limitação temporal da vigência do crédito orçamentário.
-
21. Em contrato de construção de uma unidade prisional regido pela Lei nº 8.666/1993 assistem às partes, Administração pública e contratada, direitos e obrigações pertinentes ao objeto da avença, tais como:
- (A) à Administração pública é autorizada a edição de atos unilaterais que produzam efeitos na execução contratual, bem como na relação contratual com os funcionários e prestadores de serviço da contratada, como expressão de seu poder hierárquico.
 - (B) à contratada é facultado suspender a execução do contrato diante do descumprimento, pela Administração pública, de qualquer cláusula contratual, desde que a mora seja superior a 60 dias.
 - (C) a incidência do poder de polícia administrativo para autorizar a limitação de direitos contratualmente assegurados, prescindindo, nesse caso, de indenização, em razão da excepcionalidade das medidas.
 - (D) a possibilidade da contratada recusar alterações contratuais quantitativas que impliquem supressão do objeto superior a 25% do valor do contrato.
 - (E) a incidência do poder disciplinar sobre as relações contratuais, permitindo que a Administração pública imponha alterações contratuais quantitativas e qualitativas, majorando ou suprimindo o objeto em até 50% de seu valor, preservado seu o equilíbrio econômico financeiro.
-

Processo Legislativo

22. A Lei Complementar nº 13, de 3 de setembro de 1996, disciplina a redação, alteração e consolidação das leis no Distrito Federal. A respeito da articulação das leis, dispõe que
- (A) o número é a unidade de articulação que complementa o sentido oracional da alínea e, como unidade complementar de articulação, é sempre dependente da alínea.
 - (B) o parágrafo é a unidade complementar de articulação que expressa os pormenores necessários à apreensão do sentido do artigo ou as circunstâncias que ampliem ou restrinjam sua intenção, podendo o parágrafo subsistir sem a presença do *caput* do artigo em caso de veto parcial.
 - (C) havendo apenas um inciso, será ele designado pela expressão "Inciso único", seguida de ponto, e, havendo mais de um, serão eles numerados em algarismo romano, seguido de travessão.
 - (D) a alínea é a unidade de articulação que complementa o sentido oracional do parágrafo, e é indicada por letra minúscula, seguida do sinal ")".
 - (E) o sentido oracional do parágrafo deve ser completo, não podendo ser complementado por outras unidades de articulação.
-



23. No âmbito do Distrito Federal, durante a tramitação de projeto de lei,
- (A) poderão ser apresentadas emendas aglutinativas, substitutivas e modificativas, mas não são admitidas emendas supressivas.
 - (B) a proposição de emendas compete exclusivamente aos membros da Câmara Legislativa, conforme dispuser seu Regimento Interno.
 - (C) o *quorum* é a exigência de número mínimo de Deputados Distritais, presentes à sessão da Câmara Legislativa para discussão ou deliberação das matérias objeto de lei.
 - (D) a sanção ou veto apresentados pelo Governador em relação a projeto de lei podem ser retratados, desde que dentro do prazo de 15 dias úteis do qual dispõe o Governador para sanção ou veto.
 - (E) o projeto de lei será aprovado ainda que o número de abstenções ou votos em branco for igual ou superior ao número de votos favoráveis.

24. A respeito das emendas à Lei Orgânica do Distrito Federal, considere as seguintes afirmações:

- I. A proposta de emenda será discutida e votada em dois turnos e considerada aprovada se obtiver, em ambos, o voto favorável de dois terços dos membros da Câmara Legislativa.
- II. A emenda à Lei Orgânica será promulgada pelo Governador do Distrito Federal, com o respectivo número de ordem.
- III. A Lei Orgânica não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, estado de defesa, estado de sítio e estado de calamidade pública.
- IV. A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
 - (B) II e III.
 - (C) II e IV.
 - (D) I e IV.
 - (E) I, III e IV.
25. O Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal dispõe, a respeito das proposições, o que se afirma em:
- (A) Uma vez apresentadas, só poderão ser retiradas a requerimento da maioria absoluta dos membros da Câmara Legislativa.
 - (B) São automaticamente arquivadas, caso se encontrem em tramitação, há três legislaturas.
 - (C) Se houver mais de um subscritor, a autoria da proposição é de todos que a subscreverem, ou do primeiro signatário, se as demais assinaturas forem de simples apoio.
 - (D) Os projetos de lei complementar, de lei, de resolução e de decreto legislativo destinam-se a dispor sobre matérias para as quais se exige a sanção do Governador.
 - (E) Compete a qualquer membro da Câmara Legislativa a autoria de requerimento de convocação de sessão legislativa extraordinária, em caso de urgência ou interesse público relevante.

26. A respeito da discussão e da votação, nos termos do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, é correto afirmar:
- (A) A proposição com discussão encerrada na legislatura anterior não pode ter a discussão reaberta para receber novas emendas.
 - (B) O Deputado Distrital que usar a palavra na discussão não pode desviar-se da questão em debate.
 - (C) As deliberações da Câmara Legislativa serão tomadas pelo voto favorável da maioria absoluta de seus membros, salvo disposição em contrário do Regimento Interno ou da Lei Orgânica do Distrito Federal.
 - (D) Não é admitido o processo simbólico de votação.
 - (E) Em caso de empate nas votações ostensivas, deve ser realizada uma nova votação, até que se dê o desempate.

Realidade do Distrito Federal

27. De acordo com seu sistema tributário, ao Distrito Federal compete
- (A) estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou de bens por meio de impostos.
 - (B) instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, em conformidade com suas respectivas ocupações profissionais.
 - (C) cobrar impostos sobre patrimônio, renda ou serviços da União, estados e municípios, nos termos da Constituição.
 - (D) utilizar impostos e taxas com efeito de confisco, conforme dispõe o Código Civil.
 - (E) aplicar os impostos reservados aos estados e municípios cumulativamente, nos termos da Constituição.
28. No *Mapa das unidades hidrográficas do Distrito Federal*, elaborado em 1994 pela Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal, estão definidas três grandes bacias hidrográficas de referência – Paraná, São Francisco e Tocantins/Araguaia –, subdivididas em outras sete, considerando os seus principais rios. Pertencem à do Paraná, pelo mapa, as bacias
- (A) dos rios São Bartolomeu, Descoberto e Corumbá.
 - (B) do Lago Paranoá e dos rios Preto e São Marcos.
 - (C) dos rios São Bartolomeu, São Marcos e Maranhão.
 - (D) dos rios Corumbá, Preto e Descoberto.
 - (E) dos rios Descoberto, Maranhão e São Bartolomeu.



Língua Estrangeira: Inglês

Instrução: Responda às questões de números 29 e 30 abaixo SOMENTE se sua opção, na inscrição, foi por **LÍNGUA ESTRANGEIRA: INGLÊS**.

Atenção: Considere a figura e o texto a seguir, para responder às questões de números 29 e 30.

S.3036 - Keep Families Together Act

115th Congress (2017-2018)

BILL Hide Overview ✕

Sponsor: [Sen. Feinstein, Dianne \[D-CA\]](#) (Introduced 06/07/2018)

Committees: Senate - Judiciary

Latest Action: Senate - 06/07/2018 Read twice and referred to the Committee on the Judiciary. ([All Actions](#))

Tracker:

Introduced

Passed Senate

Passed House

To President

Became Law

Keep Families Together Act

This bill prohibits an agent or contractor of the Department of Homeland Security, the Department of Justice, or the Department of Health and Human Services from removing a child who is under the age of 18 and has no permanent immigration status from his or her parent or legal guardian at or near the port of entry or within 100 miles of the U.S. border unless:

- *an authorized state court determines that it is in the child's best interests to be removed;*
- *a state or county child welfare official with expertise in child trauma and development determines that it is in the child's best interests to be removed because of abuse or neglect; or*
- *the Chief Patrol Agent or the Area Port Director authorizes separation based on a documented finding that the child is a trafficking victim or is at significant risk of becoming a victim, a strong likelihood exists that the adult is not the parent or legal guardian, or the child is in danger of abuse or neglect.*

An agency may not remove a child from a parent or legal guardian solely for the policy goals of deterring migration to the United States or of promoting immigration law compliance.

The bill sets forth presumptions: (1) in favor of family and sibling unity and parental rights, and (2) that detention is not in the best interests of families and children.

The Government Accountability Office shall conduct a study of the prosecution of asylum seekers.

(Adapted from: <https://www.congress.gov/bill/115th-congress/senate-bill/3036>)

29. O projeto de lei de que trata o texto

- (A) foi aprovado pelo Senado em junho de 2018.
- (B) foi encaminhado ao Comitê do Judiciário em junho de 2018.
- (C) foi apresentado por uma senadora republicana.
- (D) visa diminuir o fluxo migratório para os Estados Unidos.
- (E) objetiva reforçar o controle nas fronteiras dos Estados Unidos.

30. De acordo com o projeto de lei apresentado,

- (A) a detenção pode ser a melhor solução no caso de crianças suspeitas de serem vítimas de tráfico.
- (B) os direitos dos pais e a união familiar devem prevalecer em qualquer circunstância.
- (C) nenhum indivíduo menor de idade deve ser separado de seus pais, mesmo sob suspeita de que o adulto acompanhante não seja seu genitor.
- (D) abuso ou negligência por parte dos pais configura situação que justifica a criança ser separada deles.
- (E) uma criança só pode ser separada dos pais em caso de violação da lei da imigração.

**Língua Estrangeira: Espanhol**

Instrução: Responda às questões de números 29 e 30 abaixo SOMENTE se sua opção, na inscrição, foi **LÍNGUA ESTRANGEIRA: ESPANHOL**.

Atenção: Considere a figura e o texto a seguir, para responder às questões de números 29 e 30.

COMISIONES UNIDAS DE TRABAJO Y HACIENDA INICIARON DEBATE DE REAJUSTE A INGRESO MÍNIMO MENSUAL

Publicado el 07 de agosto del 2018



La iniciativa que aumenta de \$276.000 a \$283.500 el monto del ingreso mínimo mensual espera ser votada en la jornada de este miércoles 8 de agosto para, posteriormente, ser analizada en la sesión de Sala del lunes 13 de agosto.

Según explicita el Gobierno en el mensaje -dado a conocer en la Cuenta de la Sala de la Cámara esta mañana-, se buscó dar certidumbre a trabajadores y empleadores respecto a un parámetro tan relevante como el ingreso mínimo, razón por la cual se sugiere un reajuste plurianual.

El análisis partió con la exposición del ministro de Hacienda, Felipe Larraín, quien entregó antecedentes sobre los beneficios y potenciales costos de esta implementación. Su exposición fue luego complementada por la intervención del ministro del Trabajo, Nicolás Monckeberg, quien consideró favorable la posibilidad de avanzar hacia un sistema plurianual.

El ministro Gonzalo Blumel también intervino a su vez y remarcó ante la concurrida audiencia que la propuesta del Gobierno "no es antojadiza".

Ante el grupo parlamentario y el Ejecutivo, Bárbara Figueroa, presidenta de la CUT, mantuvo su oposición a la propuesta del Gobierno y remarcó que el tema no solo implica un asunto de "cifras", sino que de una realidad que afecta a un grupo importante de trabajadores para los cuales este ingreso termina siendo insuficiente.

Durante el debate, los parlamentarios expresaron variadas opiniones sobre la iniciativa en trámite, marcándose en general un apoyo de parte del oficialismo a la política del Gobierno, aunque con algunas observaciones; mientras que la oposición se expresó contraria a la propuesta.

Para el diputado Patricio Melero (UDI), que integra tanto la comisión de Hacienda como la de Trabajo, la plurianualidad permitirá una economía más planificada.

En tanto, el diputado Manuel Monsalve (PS) llamó al gobierno a ser claro con las políticas de salario mínimo.

El proyecto de reajuste del ingreso mínimo mensual continuará su debate este miércoles 8 de agosto y espera ser votado en Sala el lunes 13 de agosto.

(Disponível em: https://www.camara.cl/prensa/noticias_detalle.aspx?prmId=134799)

29. En el siguiente fragmento del texto: "El ministro Gonzalo Blumel también intervino a su vez y remarcó ante la concurrida audiencia que la propuesta del Gobierno "no es antojadiza".", la expresión "no es antojadiza" puede ser sustituida por:

- (A) "no es partidaria"
- (B) "no es caprichosa"
- (C) "no es molesta"
- (D) "no es antagónica"
- (E) "no es intolerante"

30. Según el texto podemos afirmar que:

- (A) El proyecto presentado que se refiere al monto del ingreso mínimo mensual tuvo una amplia aceptación por todos los representantes que acudieron al debate menos por la oposición, el ministro de Hacienda y el ministro del Trabajo.
- (B) El proyecto presentado que se refiere al monto del ingreso mínimo mensual tuvo una amplia aceptación por todos los representantes que acudieron al debate menos por el ministro Gonzalo Blumel, el ministro del Trabajo y la presidenta de la Central Unitaria de Trabajadores.
- (C) El proyecto presentado que se refiere al monto del ingreso mínimo mensual tuvo una amplia aceptación por todos los representantes que acudieron al debate menos por la presidenta de la Central Unitaria de Trabajadores, el ministro de Hacienda y el diputado Patricio Melero.
- (D) El proyecto presentado que se refiere al monto del ingreso mínimo mensual tuvo una amplia aceptación por todos los representantes que acudieron al debate menos por la presidenta de la Central Unitaria de Trabajadores, la oposición y el diputado Manuel Monsalve.
- (E) El proyecto presentado que se refiere al monto del ingreso mínimo mensual tuvo una amplia aceptación por todos los representantes que acudieron al debate menos por el ministro Gonzalo Blumel, la presidenta de la Central Unitaria de Trabajadores y el diputado Manuel Monsalve.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

31. O exame clínico de paciente com 12 anos de idade, sexo masculino, mostra restauração Classe I em amálgama nos dentes 36 e 46, com presença de biofilme bacteriano dental visível nos dentes posteriores. Há lesão ativa de cárie na face vestibular dos dentes 35 e 45. A aplicação de selante oclusal nos segundos molares permanentes
- (A) deve ser efetuada quando o paciente completar 15 anos de idade, momento em que esses dentes estabelecerão a oclusão funcional.
 - (B) requer o acompanhamento periódico visando avaliar a integridade do selamento após o estabelecimento da função oclusal.
 - (C) é desnecessária após os 13 anos de idade, pois o paciente terá condições psicomotoras para efetuar uma higiene bucal eficaz.
 - (D) é indicada na ausência de cárie nos sulcos, uma vez que o selante é ineficaz para barrar a progressão da cárie.
 - (E) deve ser feita com cimento de ionômero de vidro que, além de liberar fluoretos, apresenta maior retenção que os selantes resinosos.

Atenção: Para responder às questões de números 32 a 34, considere as informações abaixo.

O teste de fluxo salivar de paciente com 6 anos de idade, sexo feminino, mostra valor de 0,60 mL/min de saliva estimulada, considerado normal. Ao exame clínico, observa-se pouco biofilme sobre as superfícies dentárias dos dentes permanentes e decíduos. Há lesões de mancha branca com aspecto de giz na superfície vestibular dos dentes 11 e 21 e na superfície oclusal dos dentes 74, 75, 36, 84, 85 e 46 e sangramento gengival espontâneo nessas regiões. Na anamnese, a mãe da criança relata consumo diário de sacarose, com ingestão de balas em frequência superior a 5 vezes ao dia. A escovação dos dentes da criança é feita com dentífrico não fluoretado.

32. A avaliação do risco de cárie deve incorporar as recomendações baseadas em evidências científicas. Por essa razão, considere-se que o risco da paciente é
- (A) baixo devido à presença de gengivite.
 - (B) baixo devido ao fluxo salivar normal.
 - (C) baixo devido à ausência de biofilme bacteriano visível.
 - (D) alto devido à ausência de cavitação.
 - (E) alto devido à presença de atividade de cárie.

33. A inativação da lesão do dente

- (A) 74 é inviável devido à abrasão da superfície oclusal.
- (B) 11 ocorre nas camadas superficiais da dentina desmineralizada.
- (C) 21 permite o controle do processo cariioso, rompendo o ciclo restaurador.
- (D) 85 requer a adoção de preparos cavitários conservadores.
- (E) 46 necessita de um material restaurador que libere fluoretos ao redor da cavidade.

34. A recomendação para usar diariamente dentífrico contendo de 1.100 a 1.500 ppm de fluoreto é

- (A) amparada por ensaios clínicos randomizados que comprovam a sua eficácia na redução da prevalência de cárie.
- (B) desaconselhada tendo em vista estudos transversais que relacionam o fluoreto presente no dentífrico à ocorrência de fluorose moderada.
- (C) aconselhada ao utilizar a técnica longitudinal de disposição do dentífrico na forma de gel sobre a escova seguindo recomendações de especialistas.
- (D) indicada segundo relatos de casos clínicos que mostram a ocorrência de fluorose na dentição decídua.
- (E) respaldada por estudos longitudinais que mostram ausência de associação entre a ingestão de dentífrico e a fluorose em pré-escolares.

35. O exame clínico de paciente com 42 anos de idade, sexo feminino, mostra edema gengival na região vestibular do dente 14. Os testes térmicos aplicados a esse dente têm resposta positiva. O exame radiográfico mostra defeito ósseo angular envolvendo as porções apicais do dente. O tratamento do dente 14 consiste em antibioticoterapia associada

- (A) ao tratamento endodôntico seguido de hemissecação radicular.
- (B) à ressecção da raiz vestibular, sem irrigação pós-cirúrgica.
- (C) à ressecção da raiz palatina, sem irrigação pós-cirúrgica.
- (D) à raspagem subgengival da bolsa e irrigação com cloridrato de clorexidina a 0,2%.
- (E) à remoção cirúrgica do abscesso gengival e irrigação com cloridrato de clorexidina a 0,2%.



36. Paciente com 62 anos de idade, sexo masculino, apresenta queixa principal de mobilidade do dente 16. O exame clínico mostra lesão de furca Grau II e mobilidade Grau II. A radiografia periapical da região de molares superiores, obtida com a técnica da bisettriz, não mostra defeito na região de furca do dente 16. Os achados radiográficos são inconsistentes com os achados clínicos. Diante dessa situação, deve-se
- (A) solicitar radiografia panorâmica para localizar a perda óssea existente na região posterior.
 - (B) obter radiografia interproximal adicional para identificar a perda óssea dentro do complexo radicular.
 - (C) obter séries de radiografias interproximais com diferentes exposições para identificar áreas de radiolucidez na crista óssea.
 - (D) solicitar radiografia oclusal padrão superior para avaliação do tamanho e extensão do defeito interradicular.
 - (E) solicitar radiografia lateral oblíqua para detectar a localização e posicionamento do defeito ósseo.

Atenção: Para responder às questões de números 37 e 38, considere as informações abaixo.

Paciente com 49 anos de idade, sexo feminino, apresenta recessão gengival na região vestibular do dente 24 e ausência dos dentes 25 e 26. O exame clínico mostra ausência de mobilidade no dente 24 e presença de destruição óssea de 9 mm detectada por sondagem vertical. A sondagem para verificação de perda horizontal do tecido periodontal de suporte, no sentido disto-mesial, detecta destruição envolvendo toda a extensão da área interradicular. Os testes de vitalidade pulpar aplicados ao dente 24 têm resposta positiva. O exame radiográfico mostra perda óssea na região, porém não detecta o defeito interradicular.

37. Este quadro clínico é compatível com o diagnóstico de
- (A) lesão endodôntica/periodontal combinada.
 - (B) trauma oclusal.
 - (C) envolvimento de furca Grau I.
 - (D) envolvimento de furca Grau II.
 - (E) envolvimento de furca Grau III.
38. A extração do dente 24 é
- (A) necessária considerando o custo-benefício envolvido na sequência de procedimentos periodontais e endodônticos para debelar o processo infeccioso.
 - (B) contraindicada, uma vez que a ressecção radicular consiste em um procedimento mais conservador que permite a posterior reabilitação.
 - (C) indicada, pois a ressecção radicular resulta na manutenção de uma das raízes sem um propósito significativo para o tratamento.
 - (D) desnecessária devido à possibilidade de resolução do caso após terapia endodôntica e regressão do processo inflamatório.
 - (E) opcional, uma vez que a terapia radicular não cirúrgica associada à remoção da causa é viável.
39. A mãe de paciente com 9 anos de idade, sexo masculino, questiona se “é normal haver tanto espaço” entre os incisivos centrais superiores, pois a criança sente-se incomodada, “a ponto de não sorrir”, e se haveria algum tratamento para essa condição. O exame clínico mostra a existência de diastema de 2 mm e freio tetolabial persistente. O tratamento consiste em
- (A) reconstrução dos dentes 11 e 21 com ionômero de vidro.
 - (B) fechamento do espaço interincisivos, por meio de tratamento ortodôntico.
 - (C) ulectomia para remoção da hiperplasia fibrosa focal.
 - (D) frenectomia do lábio superior.
 - (E) confecção de facetas diretas com resina composta nos dentes 11 e 21.

Atenção: Para responder às questões de números 40 e 41, considere as informações abaixo.

Paciente com 48 anos de idade, sexo masculino, apresenta queixa principal de sensibilidade nos dentes ao ingerir bebidas quentes ou mastigar alimentos gelados. Na anamnese, o paciente relata utilizar escova dental de cerdas duras e dentífrico “na forma de creme” por considerar que promovam uma higiene bucal mais eficaz. O exame clínico mostra lesões não cáries Classe V nos dentes 13, 14, 43 e 44 e recessão gengival nas regiões póstero-superior direita e póstero-inferior direita. Não há sangramento gengival e o exame radiográfico mostra ausência de bolsas periodontais.

40. O tratamento dos dentes 13, 14, 43 e 44 consiste em
- (A) restauração com resina composta restringindo-se à reposição da estrutura perdida sem desgaste prévio da estrutura dentária.
 - (B) restauração com cimento de ionômero de vidro realizando o acabamento no período inicial de presa para maior lisura superficial.
 - (C) restauração com resina composta com preparo cavitário para remoção de esmalte sem apoio dentinário.
 - (D) confecção de faceta indireta com cerâmica, o que confere um bom resultado estético.
 - (E) confecção de facetas diretas com compósitos para preservar as distâncias biológicas.



41. A atividade educativa para controle do biofilme bacteriano dental deve ter enfoque:
- I. na mudança de escova dental, dando preferência a uma escova com cerdas macias.
 - II. no controle de fatores etiológicos da erosão dentária, indicando-se o uso do método de escovação horizontal.
 - III. na orientação ao uso do método de escovação de Bass sem o emprego de força excessiva, de modo a não agravar a recessão gengival.
 - IV. na recomendação ao uso de dentífricos com baixa abrasividade com objetivo de evitar o agravamento da recessão gengival.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) III e IV.
 - (B) I e II.
 - (C) II e III.
 - (D) II e IV.
 - (E) I e III.
-
42. Paciente com 68 anos de idade, sexo masculino, apresenta edentulismo total e utiliza prótese total superior e inferior. A queixa principal do paciente é o desconforto e dor ocasionados pelo uso da prótese total superior, que se “desloca” ao mastigar ou falar. O prontuário do paciente registra que as extrações dos dentes 11, 12, 13, 21 e 22 foram realizadas há um ano. O exame clínico mostra áreas salientes e inflamadas na mucosa da região súpero-anterior e falta de estabilidade da prótese total superior. A radiografia panorâmica mostra irregularidades nos contornos ósseos na região anterior do rebordo alveolar superior. Há indicação para a realização de
- (A) alveoloplastia para remoção de cristas ósseas interdentais.
 - (B) osteoplastia para regularização da perda alveolar.
 - (C) alveolectomia para produção de colapso ósseo.
 - (D) sulcoplastia vestibular com cicatrização em segunda intenção.
 - (E) tuberooplastia para remoção de hiperplasias fibromucosas.

Atenção: Para responder às questões de números 43 e 44, considere as informações abaixo.

Paciente com 34 anos de idade, sexo feminino, solicita avaliação dentária e “se for o caso” a troca de restaurações de “cor metálica” em seus dentes posteriores por restaurações da “cor natural dos dentes”. O exame clínico mostra que a restauração Classe II em amálgama do dente 36 apresenta uma trinca e há cárie secundária. As restaurações Classe I em amálgama nos dentes 35, 37, 46 e 47 apresentam aspecto oxidado, porém não mostram infiltração. O exame radiográfico mostra ausência de cárie em dentina nos dentes 35, 37, 46 e 47.

43. O tratamento do dente
- (A) 46 consiste na substituição da restauração por restauração em resina composta.
 - (B) 36 consiste na silanização do material restaurador com trinca.
 - (C) 37 consiste na substituição da restauração por nova restauração em amálgama.
 - (D) 35 consiste no polimento da restauração de amálgama.
 - (E) 47 consiste no reparo da fenda marginal da restauração com material adesivo.

44. Considere as assertivas abaixo.

- I. A substituição das restaurações de amálgama por restaurações em resina composta provoca ampliação do tamanho da cavidade pré-existente

PORQUE

- II. existe a necessidade de confeccionar retenções macromecânicas para evitar fratura nas restaurações em resina composta em dentes posteriores.

Estabelecendo uma relação entre as asserções acima é correto afirmar que

- (A) a primeira asserção é uma proposição verdadeira e a segunda uma proposição falsa.
 - (B) a primeira asserção é uma proposição falsa e a segunda uma proposição verdadeira.
 - (C) tanto a primeira quanto a segunda asserções são proposições falsas.
 - (D) as duas asserções são proposições verdadeiras, mas a segunda não é uma justificativa correta da primeira.
 - (E) as duas asserções são proposições verdadeiras e a segunda é uma justificativa correta da primeira.
-
45. O exame clínico de acompanhamento periodontal de paciente com 44 anos de idade, sexo feminino, mostra lesões brancas múltiplas papulares levemente elevadas com a superfície plana e uma textura entre lisa e levemente rugosa, com distribuição simétrica bilateral na mucosa jugal. Há estriações periféricas em algumas áreas. Ao tracionar a mucosa, as lesões não desaparecem. Na anamnese, a paciente refere a existência das lesões assintomáticas “há muito tempo”, com alguns períodos de melhora e recente “piora” do quadro, concomitante a um período de estresse emocional motivado por conflitos no ambiente de trabalho. A condição geral de saúde é satisfatória e a paciente relata não fumar ou ingerir bebida alcoólica. Não há história familiar de lesões assemelhadas. A indicação de biópsia incisional é justificada pelo diagnóstico presuntivo de
- (A) candidíase hiperplásica, em especial pela não utilização de prótese total.
 - (B) queilite actínica, em especial pela ausência de queratose solar.
 - (C) nevo branco esponjoso, especialmente por não haver relato de tabagismo.
 - (D) displasia epitelial, particularmente pela ausência de história familiar.
 - (E) líquen plano, particularmente por não haver lesões na pele.



Atenção: Para responder às questões de números 46 e 47, considere as informações abaixo.

Paciente com 12 anos de idade, sexo masculino, foi levado ao consultório odontológico pela mãe, referenciado pelo Serviço de Urgência e Emergência, após um atropelamento. O exame clínico extraoral mostra hematoma na região do olho esquerdo e laceração do lábio superior. O exame clínico intraoral mostra fratura complicada da coroa envolvendo as faces mesial e incisal do dente 21. O exame radiográfico mostra ausência de fratura radicular e alveolar.

46. O tratamento da laceração no lábio superior consiste em

- (A) uso de compressa de gelo sobre a lesão fechada para evitar a instalação tardia de edema.
- (B) radiografia para verificar a presença de corpo estranho e sutura do ferimento cortocotuso antes da instalação de edema.
- (C) irrigação abundante com soro fisiológico para evitar tatuagens, cuja correção posterior é mais difícil.
- (D) uso de anestésico tópico para reduzir o desconforto ocasionado pela ferida superficial com exposição das terminações nervosas.
- (E) procedimento cirúrgico reconstrutivo com enxerto para correção de defeitos teciduais.

47. O tratamento do dente 21 consiste em

- (A) pulpectomia e colagem do fragmento dental com ionômero de vidro.
- (B) capeamento pulpar e confecção de faceta direta com resina composta.
- (C) pulpotomia parcial e restauração Classe IV em resina composta.
- (D) pulpotomia total e confecção de faceta indireta de cerâmica.
- (E) proteção pulpar e coroa total cerâmica.

48. Paciente com 22 anos de idade, sexo masculino, tem como queixa principal "dor de dente" intensa, pulsátil e intermitente na região póstero-superior direita. Na anamnese, o paciente relata sentir dificuldade em dormir à noite devido à dor e refere algum alívio ao colocar uma compressa gelada sobre a região dolorida. O exame clínico mostra restauração Classe I em amálgama no dente 16, que apresenta resposta positiva aos testes de vitalidade pulpar. O exame radiográfico mostra a lâmina dura intacta. Este quadro clínico é compatível com o diagnóstico de

- (A) abscesso dentoalveolar agudo evoluído, requerendo o uso de antibioticoterapia prévia à intervenção pulpar.
- (B) abscesso dentoalveolar agudo na fase inicial, necessitando de desbridamento do forame apical para drenagem do exsudato.
- (C) pulpíte aguda reversível, implicando a necessidade de capeamento pulpar e prescrição de analgésico e anti-inflamatório.
- (D) pulpíte aguda irreversível, requerendo a realização de abertura coronária e colocação de curativo expectante à base de corticosteroide e antibiótico.
- (E) periodontite apical de origem traumática, necessitando de realização de biopulpectomia em sessão única.

Atenção: Para responder às questões de números 49 e 50, considere as informações abaixo.

Paciente com 49 anos de idade, sexo feminino, refere "dor de dente" no elemento 14. Na anamnese, a paciente relata sensação dolorosa moderada, persistente e sem alterações, significativas desde o início da dor, há cerca de 11 meses. O exame clínico mostra restauração Classe II em resina composta no dente 14 com características satisfatórias. A aplicação de testes térmicos não altera a dor, o mesmo ocorrendo com o teste de percussão. À sondagem periodontal, não são detectadas bolsas na região do referido dente. O exame radiográfico revela tratamento endodôntico nesse dente com obturação satisfatória e ausência de lesão periapical. O prontuário da paciente registra que, no período de um ano, foram efetuadas duas restaurações Classe II, uma biopulpectomia e um retratamento de canal no dente 14.

49. Este quadro clínico é compatível com o diagnóstico de

- (A) neuralgia do trigêmeo.
- (B) abscesso periapical sem fistula.
- (C) odontalgia atípica (dor fantasma).
- (D) periodontite apical sintomática infecciosa.
- (E) pulpíte crônica hiperplásica.

50. Diante do sofrimento ocasionado pelo sintoma doloroso, a paciente solicitou a extração do dente 14. A realização desse procedimento cirúrgico

- (A) contempla o princípio ético da não-maleficência.
- (B) fere o princípio ético da beneficência.
- (C) respeita o princípio ético da justiça.
- (D) resguarda o princípio ético da autonomia.
- (E) subestima o princípio ético do paternalismo.



51. Paciente com 57 anos de idade, sexo masculino, utiliza Prótese Parcial Fixa (PPF) de 4 elementos, tendo os dentes 44 e 47 como pilares. O prontuário registra que a PPF foi confeccionada há 5 anos. A detecção de uma fístula na região vestibular do dente 44 motivou uma avaliação radiográfica da região. O exame radiográfico mostra lesão periapical na região do dente 44, que apresenta obturação precária do canal radicular e ausência de pino intrarradicular. O tratamento do dente 44 consiste em
- (A) apicectomia com instrumentação e obturação do canal por via retrógrada.
 - (B) retratamento endodôntico.
 - (C) remoção cirúrgica da fístula após rastreamento com cone de guta percha.
 - (D) obturação do canal radicular simultânea ao ato cirúrgico.
 - (E) apicectomia com obturação retrógrada.

Atenção: Para responder às questões de números 52 e 53, considere as informações abaixo.

Paciente com 62 anos de idade, sexo feminino, tem como queixa principal dor intensa, contínua, prolongada e severa no lado esquerdo da mandíbula, estendendo-se até a orelha. A dor teve início dois dias antes, sem causa aparente. A anamnese não revela história de doenças crônicas ou traumatismos na região dolorida. O exame clínico mostra ausência de todos os dentes e uso de prótese total superior e inferior, ambas satisfatórias, confeccionadas há cerca de dois anos. Não há lesões na mucosa. Os tecidos ao redor do forame mental apresentam sensibilidade ao toque. A anestesia por bloqueio mandibular não resultou em alívio da dor.

52. Esse quadro clínico é compatível com o diagnóstico de
- (A) herpes zoster no ramo mandibular do nervo trigêmeo.
 - (B) sialolitíase na glândula submandibular.
 - (C) otite externa.
 - (D) síndrome da ardência bucal.
 - (E) fibromialgia.
53. A confecção de nova prótese total inferior é
- (A) necessária, pois reduz a busca da paciente por automedicação com a utilização de analgésicos.
 - (B) indicada, pois constitui um procedimento paliativo enquanto se busca por uma resposta para a queixa principal da paciente.
 - (C) desnecessária, à medida que o reembasamento da peça protética constitui um procedimento mais conservador.
 - (D) contraindicada, uma vez que não oferece resposta resolutive à queixa principal da paciente.
 - (E) opcional, à medida que sua condição é satisfatória e as repercussões sobre a queixa principal são incertas.
54. Paciente com 26 anos de idade, sexo masculino, apresenta queixa principal de “tumor” dolorido no “céu da boca”. Na anamnese, o paciente relata “dor de dente” exacerbada ao “mastigar” na região súpero-posterior esquerda. O exame clínico mostra edema flutuante circunscrito na região palatina próxima ao dente 24, com ponto de palpação dolorido e exotérmico. O dente 24 mostra ampla destruição coronária por cárie e ausência de vitalidade pulpar. A percussão vertical exacerba a dor e o exame radiográfico revela ausência de alterações na região periapical. O tratamento consiste em
- (A) drenagem cirúrgica extrabucal e necropulpectomia do dente 24 após a resolução da fase aguda do processo infeccioso.
 - (B) extração do dente 24 promovendo drenagem via alveolar e fixação de dreno na região vestibular do dente 25.
 - (C) drenagem cirúrgica intrabucal com acesso palatino e extração do dente 24 após a resolução da fase aguda do processo infeccioso.
 - (D) prescrição de antibiótico e anti-inflamatório por 7 dias e bochechos diários com solução salina quente.
 - (E) curetagem com alisamento apical do dente 24 e prescrição de antibiótico e anti-inflamatório.

Atenção: Para responder às questões de números 55 e 56, considere as informações abaixo.

Paciente com 36 anos de idade, sexo masculino, relata sensação dolorosa moderada e contínua, localizada na região pré-auricular direita. Na anamnese, o paciente relata que, há cerca de um mês, durante um jogo de futebol, recebeu uma pancada forte na região direita da mandíbula, ocasionando dor aguda. No dia seguinte ao trauma, a articulação temporomandibular direita estava sensível e “um pouco inchada”. Durante o exame clínico, ao efetuar pressão na região da cabeça da mandíbula, no lado direito, o paciente refere sensibilidade profunda. O movimento de abertura bucal além de 30 mm exacerba a dor, o mesmo ocorrendo com a protrusão forçada e movimentos contralaterais. Não se observa maloclusão aguda. A palpação dos músculos mastigatórios não provoca sensibilidade, e a dor não é exacerbada ao ocluir os dentes contra uma espátula de madeira. O exame clínico intrabucal mostra ausência de lesões de cárie dentária, bem como de lesões nos tecidos moles. O exame radiográfico mostra ausência de alterações estruturais em ambas as articulações temporomandibulares. O bloqueio anestésico do músculo pterigoideo lateral direito não debelou a dor.

55. Esse quadro clínico é compatível com o diagnóstico de
- (A) artralgia temporomandibular caracterizada por dor capsular.
 - (B) mialgia mastigatória expressa como espasmo no músculo pterigoideo lateral.
 - (C) artralgia temporomandibular manifesta como osteoartrite.
 - (D) neuralgia glossofaríngea.
 - (E) neuralgia do trigêmeo.



56. O tratamento da condição apresentada pelo paciente consiste em
- (A) tratamento cirúrgico para luxação da articulação temporomandibular.
 - (B) confecção de placa estabilizadora para uso noturno.
 - (C) tratamento cirúrgico de anquilose da articulação temporomandibular.
 - (D) prescrição de gabapentina.
 - (E) prescrição de carbamazepina.
-
57. Em relação à auditoria e perícia, é uma postura ética adequada ao odontologista
- (A) exercer a função de perito quando a parte tiver sido seu paciente.
 - (B) atuar como perito valorando seu serviço de acordo com o sucesso da causa.
 - (C) prestar assistência, tendo como obrigação fornecer informações quando solicitadas por peritos e autorizados pelo paciente.
 - (D) intervir nos atos de outro profissional quando atuar como auditor.
 - (E) acumular a função de auditor e a realização de procedimentos odontológicos terapêuticos na mesma instituição.
-
58. Em relação aos processos de auditoria em saúde, a auditoria
- (A) hospitalar prospectiva está relacionada ao processo de liberação de procedimentos.
 - (B) hospitalar retrospectiva visa estimular a disputa de mercado entre os fornecedores de órteses.
 - (C) concorrente realiza a análise das contas geradas pelos atendimentos assistenciais, após a alta.
 - (D) concorrente é realizada exclusivamente pelo auditor do hospital.
 - (E) para a liberação de procedimentos bucomaxilofaciais tem diminuído drasticamente.
-
59. Entre os tópicos de interesse do odontologista encontram-se a Ergonomia, a Odontologia do Trabalho e a Biossegurança. Nesse contexto,
- (A) o atestado odontológico emitido por odontologista particular é suficiente para a concessão da licença odontológica do servidor da Câmara Legislativa do Distrito Federal.
 - (B) os cilindros de gases medicinais são transportados na posição horizontal, em carrinhos específicos utilizados para transporte de cilindros de gases medicinais, equipados com sistemas de suporte e fixação do cilindro.
 - (C) a prevenção da infecção pelo vírus da hepatite B deve ser feita em três doses, sendo respeitado o intervalo de, no mínimo, três meses entre as doses.
 - (D) o ruído produzido pelos instrumentos utilizados pelo odontologista não será considerado fator de risco para ocorrência de perda auditiva induzida por ruído.
 - (E) odontologistas da Câmara Legislativa do Distrito Federal que trabalham com raios X, inclusive manuseando o aparelho, devem ser submetidos a exames médicos a cada seis meses.
-
60. Considerando o Código de Processo Ético Odontológico (Resolução do Conselho Federal de Odontologia n° 59/2004), analise as assertivas.
- I. O sistema processual ético dos Conselhos de Odontologia se divide em duas instâncias.
 - II. O julgamento dos membros do Conselho Federal de Odontologia deverá ser feito por peritos judiciais *ad hoc* para evitar conflito de interesse entre os profissionais de classe.
 - III. O Processo Ético poderá ser instaurado pelo Presidente do Conselho competente, de ofício ou mediante representação ou denúncia, após parecer inicial da Comissão de Ética.
 - IV. A audiência de conciliação e instrução durante a instrução do Processo Ético não será realizada caso o acusado ou seu representante não compareçam à primeira convocação, o que impede o andamento do processo.
 - V. Caso seja designada prova pericial, a indicação de assistentes e a apresentação de quesitos poderá ser feita até 10 (dez) dias antes da realização da perícia.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) II, IV e V.
 - (B) II, III e IV.
 - (C) I, II e V.
 - (D) I, III e V.
 - (E) I, II e III.